

O papel dos aportes teóricos na formação do intérprete¹

Glória Regina Loreto Sampaio*

1. Introdução

O valor da teoria na formação e exercício profissional é muitas vezes questionado, sob o argumento de que possível seria tornar-se um bom profissional simplesmente fazendo, aprendendo na prática. Elucubrações teóricas seriam uma perda de tempo, pois o que de fato importa seria pôr mãos à massa, como se diz popularmente. Sem dúvida, a prática é crucial no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, também é crucial uma reflexão sobre aquilo que fazemos, por que o fazemos, como podemos fazê-lo melhor.

Indubitavelmente, as formas de agir que aprendemos na prática, imitando ou nos inspirando naqueles que nos servem de modelo ou de exemplo, têm uma razão de ser, e por trás dessas formas de atuação existe um pensamento, um determinado direcionamento que resultou de experiências variadas, de ensaios e erros, até que se constatasse a eficácia de um determinado *modus operandi*. De fato, quem aprende na prática adota a teoria de alguém sem se dar conta do fato.

Uma reflexão de cunho teórico, devidamente articulada com elementos da prática, no caso, a prática interpretativa, é absolutamente

¹ Este artigo é parcialmente baseado em comunicação científica apresentada no XI Simpósio Nacional / I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, IEEL, novembro de 2006.

*Glória Regina Loreto Sampaio é doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e foi responsável pelo Curso Sequencial Intérprete em Língua Inglesa da PUC-SP de 1999 a 2017.

necessária para a formação de profissionais realmente capacitados, que atinjam patamares de excelência em seu desempenho, que conheçam com profundidade os aspectos operacionais de sua área de atuação, e que possam assumir posturas críticas, agir de modo independente e tomar atitudes eficazes e até mesmo, no longo prazo, quem sabe, alterar para melhor o contexto profissional em que estão inseridos.

O conhecimento teórico é um fator essencial, pois contribui de modo privilegiado na conscientização do futuro profissional, quer a respeito da natureza e complexidade da interpretação, quer sobre o perfil e papel desempenhado pelo intérprete, abrangendo questões como ética, integridade intelectual e responsabilidade. O estudo teórico também esclarece e orienta quanto a normas, exigências e restrições que se impõem a certos contextos de atuação profissional, assim como informa sobre a contrapartida, ou seja, o poder exercido e a liberdade de que o intérprete dispõe em determinadas situações de fato.

2. As teorias: motivação, escopo e alcance

As teorias surgem, em princípio, de uma observação ponderada e crítica da realidade, num determinado ponto no tempo e no espaço. Muitas vezes, o ponto de partida, ou seja, o alicerce sobre o qual uma teoria é construída, são as concepções já existentes, que a nova perspectiva teórica visa a aferir ou ampliar ou questionar ou desconstruir. A motivação pode ser o fato de uma perspectiva anteriormente vigente já não mais se mostrar eficaz e satisfatória na descrição ou compreensão de um determinado fenômeno.

Nos meados do século XX, por exemplo, abordagens teóricas de extração linguística, que percebiam a tradução como um processo de *transcodificação* tinham como base a ideia de que a língua era primordialmente um código e, portanto, algo passível de decodificação num processo praticamente mecânico. Tal concepção ancorava-se em fatos prevalentes na época e que marcavam o imaginário e percepção da realidade que, diga-se de passagem, é sempre culturalmente construída. Como destaca Mouzourakis (2005), tal percepção advinha, em parte, dos trabalhos de decifração de mensagens codificadas, ocorridos durante a

Segunda Guerra Mundial, e realizados por criptoanalistas dos Serviços de Inteligência Britânica em Bletchey Park.

Lederer argumenta que

A tradução linguística, que também chamamos de transcodificação, almeja estabelecer correspondências entre uma língua e outra. Usualmente leva em conta apenas os significados pré-estabelecidos da língua de partida e a gramática da língua de chegada. Esse tipo de tradução só seria genericamente exequível se as línguas fossem códigos cujas unidades pudessem ser substituídas umas pelas outras (Lederer 2003, p. 229-230).²
[nossa tradução*]

E foi justamente contra tal modo reducionista de entender a tradução que Danica Seleskovitch – e posteriormente sua discípula Marianne Lederer – se insurgiu ao apresentar suas primeiras postulações teóricas, no final dos anos 60, que ela batiza de *Théorie du Sens*, fortemente fincadas nas observações de sua atuação profissional como tradutora e, principalmente, como intérprete de conferências.

A despeito disso, a ideia da transcodificação, isto é, perceber a tradução escrita e oral como tarefa mecânica, prevalece, ainda hoje, entre os leigos e mesmo em certos espaços culturais. Um exemplo citado por Vianna (2005) é o caso das expectativas da delegação chinesa da ONU, cujos representantes esperam que a tradução oral seja literal, praticamente palavra por palavra, não importando que a mensagem apareça truncada e gramaticalmente inconsistente. Morris (1995) comenta que, no caso da interpretação em tribunal, onde prevalecem os princípios do *Common Law*, juízes e advogados esperam do intérprete a tarefa impossível de alcançar uma perfeita identidade entre o texto de partida e o texto de chegada; para eles, o intérprete não deve, em hipótese alguma, “interpretar”, mas sim

² *Linguistic Translation*, which we also call *transcoding*, seeks to establish correspondences from one language to another. It usually only takes into account the pre-assigned meanings of the source language and the grammar of the target language. This type of translation would only be generally feasible if languages were codes whose units could be exchanged from one to another.

*Obs. Ao longo deste artigo científico, a tradução das citações em língua estrangeira é de nossa autoria, e os textos originais correspondentes constarão em nota de rodapé.

“traduzir”, visto que “interpretar” seria tarefa reservada aos doutores da lei.

Em verdade, quando há uma disparidade entre o que a teoria preconiza e o que a realidade impõe e nos diz ou quando a teoria não mais se coaduna com aquilo que de fato ocorre no dia-a-dia do exercício profissional, surge a necessidade de buscar novas respostas. Em outras palavras, as teorias não nascem *ex nihilo*, ou seja, não aparecem do nada, mas sim de um pensamento refletido e articulado a constatações e necessidades da vida prática. Disso decorre sua pertinência. Schulte & Biguenet (1992) relembram que as teorias estão inseridas num contexto histórico, social, político e ideológico, acrescentando ainda que elas representam a relação dinâmica de diálogos de pensamento e discussões acaloradas a respeito do impacto e utilidade das práticas tradutórias.

Há, também, de se levar em conta o que as teorias almejam. E aqui poderíamos argumentar que a reflexão teórica busca, dentre outras coisas, propiciar um entendimento mais abstrato e conceitual sobre determinado fenômeno; no caso, aquela indagação recorrente: O que é a tradução oral, ou melhor, a interpretação? Qual sua natureza? Qual é a tarefa do intérprete? Ou ainda: Em termos cognitivos, quais as diferenças entre a tradução escrita e a tradução oral?

A reflexão teórica visa, outrossim, a dar conta de aspectos pragmáticos da realidade profissional e articular tais aspectos com questões mais abstratas e conceituais. Nesse caso, caberiam, por exemplo, perguntas tais como: Existe uma diferença de processamento textual e cognitivo entre a tradução oral à vista do texto, a interpretação consecutiva e a interpretação simultânea? O que marca tal diferença? Ser um tradutor competente faz alguém um intérprete de conferência? Que tipo de competência tradutório-interpretativa cada uma dessas modalidades exige? Quais são as estratégias tradutórias / interpretativas mais adequadas em cada caso? Que teorias dão conta dessas diferenças?

3. A reflexão teórica aplicada à prática

Se conhecer as principais correntes teóricas da interpretação constitui parte integrante de uma formação profissional condizente; se a utilização pedagógica de uma determinada teoria ou de contribuições de diferentes enfoques teóricos, sejam eles de caráter linguístico, cognitivo, comunicativo, sociocultural, filosófico ou hermenêutico, atende às necessidades de diferentes contextos interpretativos do futuro profissional, cabe perguntar como realizar tal propósito.

O primeiro ponto digno de nota é que, além do estudo das Teorias da Interpretação em disciplinas específicas, é fundamental sua articulação com a prática. Abordar teoria e prática de forma dissociada, ou seja, visualizá-las em compartimentos estanques, é aproximação minimamente falha senão nefasta para a formação de profissionais capacitados. O professor de teoria deve conhecer com profundidade as questões ligadas ao exercício da profissão, como ocorreu e ocorre com a maioria dos grandes teóricos do passado e da atualidade. Desse modo, a formulação de conceitos teóricos estará firmemente embasada em constatações da vida prática, representando uma reflexão sobre a ação.

Em outras palavras, no ensino-aprendizagem da interpretação de conferências, o estudo teórico deve suscitar uma análise crítica das postulações em relação à experiência do aluno em situações vivenciadas em sala de aula ou em atividades correlatas.

Os componentes teóricos, ressalta Gile (2009), devem ser diretamente relevantes às necessidades dos alunos e fáceis de apreender; devem ser apresentados após um período de sensibilização e ser retomados repetidamente ao longo do curso. O referido pesquisador também sugere três maneiras de encontrar componentes teóricos adequados a um programa otimizado e sucinto de formação profissional: i) adotar o que já foi desenvolvido por outros pesquisadores e mestres; ii) adaptar os componentes já desenvolvidos por outros, caso os primeiros não sejam diretamente úteis no esquema de um determinado programa de formação; iii) elaborar componentes teóricos, como ele próprio fez, evidentemente, ancorado em pesquisas qualitativas e quantitativas.

No caso da formação de intérpretes de conferências, ainda segundo Gile (2009, p. 245), “uma abordagem de cunho cognitivo parece mais conveniente para lidar com o que é da maior importância para intérpretes de conferência”.³

Seleskovitch & Lederer (1989) reforçam o princípio de que a metodologia utilizada para o ensino da interpretação deve ter como base conceitos teóricos, que podem ser introduzidos separadamente, apresentados e, então, referidos durante a prática conforme as necessidades.

Segundo Pöchhhaker (2004), os cursos de formação de intérpretes apresentam, de longa data, conteúdos e componentes curriculares aproximadamente parecidos. Contudo, os diferentes arranjos nem sempre são apresentados explicitamente no “currículo oficial”, e o que é realmente vivenciado pelo aluno e o professor, o “currículo oculto”, nem sempre está acessível ao pesquisador. Pöchhacker (2004, p.180) acrescenta que “em geral, o papel do componente teórico não está claramente definido e depende da filosofia de ensino subjacente, assim como do peso relativo do treinamento profissional e do conteúdo acadêmico”.⁴

4. Três modelos teóricos de caráter cognitivo

No que tange à nossa experiência docente e percepção sobre o que seria conceitualmente desejável na composição curricular de um curso de formação de intérpretes, consideramos três modelos teóricos como substrato valioso à prática da interpretação, em suas várias modalidades, seja em sala de aula, seja na vida profissional. São elas a Teoria Interpretativa da Tradução (*Théorie du Sens*), a Teoria do Modelo dos Esforços, e a Teoria da Relevância. Apresentamos, a seguir, um apanhado brevíssimo dessas formulações teóricas e seu papel no ensino-aprendizagem da interpretação. Para complementar, referiremos o Modelo

³ A cognitive approach seems more suited to address the conference interpreters' most salient concerns.

⁴ [The] role of the theoretical component in the curriculum is not clearly defined and depends on the underlying educational philosophy as well as the relative weight of profession-oriented training and academic content.

Holístico da Competência Tradutória, para reiterar onde os aportes teóricos nele se encaixariam.

4.1 Teoria Interpretativa da Tradução

A Teoria Interpretativa da Tradução, também conhecida como *Théorie du Sens*, postulada por Danica Seleskovitch e Marianne Lederer, pesquisadoras e docentes da ESIT (*École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs*), a chamada Escola de Paris, foi desenvolvida a partir dos anos 60. Essa teoria parte do princípio de que o intérprete não traduz (ou não deve traduzir) palavras, mas o sentido da mensagem a ser interpretada, adaptando-a às circunstâncias da situação interpretativa e seu público-alvo. O processo de interpretação, segundo esse modelo, abrange três etapas: i) a fase de análise e exegese, mais exatamente, o amálgama de elementos de significado linguístico da língua de partida com conhecimentos extralinguísticos, de modo a se chegar ao sentido; ii) a desverbalização do sentido apreendido, ou seja, a retenção da representação mental da mensagem, deixando-se de lado as roupagens linguística e cultural da língua de partida; iii) a reexpressão do sentido apreendido na língua de chegada, isto é, a produção de um novo enunciado, condizente às condições de recepção. Evidentemente, no trabalho de interpretação, que é um processo contínuo, as etapas se sobrepõem.

Como referido anteriormente, a *transcodificação* não dá conta da realidade da ação tradutório-interpretativa, em razão de se fixar excessivamente no significado linguístico e não dar a devida importância ao que a Teoria Interpretativa da Tradução denomina *complementos cognitivos*, constituídos pelos *contextos verbal, situacional e cognitivo*, que incluem o *conhecimento de mundo* ou *conhecimento enciclopédico*, e sem os quais a compreensão e apreensão do sentido não seria bem realizada.

No que tange ao primeiro complemento cognitivo, o *contexto verbal*, Lederer (1990, p. 56) esclarece que no fluxo do discurso “cada palavra contribui para o significado das palavras que a circundam e se torna mais específica em razão delas. A interação de significado de palavras presentes

na memória de trabalho (...) é a primeira instância de complementos cognitivos”.⁵

Quanto ao *contexto situacional*, Lederer (1990, p. 56-57) destaca ser ele “mais um complemento cognitivo que fornece significados relevantes, desfazendo a polissemia”⁶.

Em relação ao *contexto cognitivo*, Lederer (1990, p. 57) observa que, para entender o que está sendo dito, os intérpretes fazem uso da memória que têm de coisas ditas anteriormente (mas, não necessariamente, da memorização das palavras usadas para dizê-las), e que “essa forma natural de memória não-verbal é mais um complemento cognitivo, que pode ser chamado de contexto cognitivo”.⁷

Seleskovitch (1978) argumenta que na comunicação humana existe sempre um acréscimo de caráter cognitivo que, interagindo com o significado linguístico, suscita o surgimento do sentido. Lederer (1990), por sua vez, acrescenta que, quanto mais amplos os complementos cognitivos, mais minimizadas serão a ambiguidade e a polissemia, e de modo mais completo o discurso será compreendido.

Trata-se de uma perspectiva teórica percuciente, relevante e aplicável ao exercício em sala de aula, mais precisamente, por trazer a primeiro plano a importância de o aluno compreender o sentido, despi-lo de suas vestimentas da língua-fonte e reexpressá-lo com as roupagens da língua-meta, do modo mais natural e adequado a cada situação interpretativa. Tudo isso, evidentemente, levando em conta os complementos cognitivos acima referidos, e sobre os quais o intérprete deve estar conscientizado.

Na esteira dessa visão teórica e no sentido de preparar e orientar o intérprete em formação a centrar sua atenção no sentido, Pagura (2003) sugere, numa primeira etapa, exercícios de paráfrase do texto a ser

⁵ Each word contributing to the meaning of the words around it and being made more specific by these surrounding words. The meaning interaction of words present in the working memory (...) is the first instance of cognitive complements.

⁶ [The situational context] is a further cognitive complement that brings forth relevant meanings, dispelling polysemy.

⁷ This natural way of nonverbal memory is another cognitive complement, which may be called cognitive context.

interpretado, usando a língua de partida. Tal atividade força o aluno a concentrar-se no sentido do que foi ouvido, de maneira a poder dizê-lo de outra forma. Uma vez vencida essa etapa de apreensão de sentido, passa-se à fase de reverbalização da mensagem na língua de chegada.

4.2 Teoria dos Modelos dos Esforços

A Teoria dos Modelos dos Esforços, desenvolvida por Daniel Gile a partir da década de 70, formulada de modo mais completo em 1995 e apresentada em versão revisada em 2009, é outra contribuição valiosa ao ensino-aprendizagem e prática profissional da interpretação. O que motivou o referido estudioso à investigação e posterior elaboração de seu modelo teórico foi o fato de perceber que, em situações da vida real, intérpretes experientes cometiam erros básicos nos quais, se imaginaria, somente novatos iriam incorrer. Tal percepção foi corroborada por situações experimentais de pesquisa em laboratório. Utilizando subsídios da teoria da informação e da psicologia cognitiva, o referido pesquisador chega à premissa de que a interpretação é uma tarefa altamente complexa por estar ligada, basicamente, a processos cognitivos não-automatizados. Tais processos exigem uma grande dose de atenção e uma capacidade de processamento voltada a vários “esforços” concomitantes ou parcialmente sobrepostos. A relação entre a capacidade de processamento de que o intérprete dispõe frente à dimensão das exigências impostas pela interpretação explicaria o sucesso ou fracasso em determinados momentos do trabalho do intérprete. Por exemplo, textos de grande densidade terminológica ou conceitual, inteligibilidade prejudicada em razão de sotaques carregados ou de caráter regional, um alto nível de incompatibilidade entre os idiomas de trabalho e mesmo problemas de ordem técnica na transmissão da mensagem seriam fatores desencadeadores de problemas. Sempre que a demanda de esforço fosse maior do que a capacidade disponível, aconteceria uma saturação do canal e deterioração do desempenho.

O modelo desenvolvido para interpretação simultânea aponta os *Esforços de Compreensão e Análise, de Memória, de Produção e de Coordenação*. O modelo para a interpretação consecutiva indica duas etapas: na primeira

teríamos os *Esforços de Compreensão e Análise, de Tomada de Notas, de Memória de curto prazo e de Coordenação*; na segunda, os *Esforços de Relembrar, de Processamento das Notas e de Produção*. O autor aplicou seu modelo, também, à tradução oral à vista do texto, e teceu comentários paralelos em relação à interpretação simultânea com texto e à tradução escrita.

Os alunos sentem-se, em geral, extremamente gratificados ao conhecer esta teoria, uma vez que ela lhes apresenta, de modo bastante objetivo, o porquê de muitas das dificuldades que experimentam na interpretação consecutiva, na simultânea e na tradução oral à vista do texto, por exemplo. Com esse conhecimento teórico, conseguem melhor perceber onde estão seus maiores problemas e, com a ajuda do professor, superar gradativamente suas dificuldades. De fato, Gile (2009) ressalta que Teoria do Modelo dos Esforços almeja facilitar a escolha e desenvolvimento de estratégias e táticas que levem a um desempenho melhor na interpretação.

Nas duas edições de *Basic Concepts and Models for Interpreter and Translation Training*, datadas de 1995 e 2009, respectivamente, em sequência ao capítulo voltado à definição do Modelo dos Esforços, Gile dedica mais um capítulo às estratégias de enfrentamento dos desafios impostos pela atividade tradutório-interpretativa.

4.3 Teoria da Relevância

Em época comparativamente mais recente, Branca Vianna (2005) destaca uma perspectiva teórica que vem cooperar no entendimento do fenômeno da comunicação, com possibilidade de aplicação ao ensino-aprendizagem e prática profissional da interpretação. Trata-se da Teoria da Relevância, uma teoria linguística desenvolvida por Dan Sperber e Deirdre Wilson a partir dos meados dos anos 80, fortemente inspirada na teoria das implicaturas do filósofo pragmatista britânico Paul Grice.

Partindo do princípio de que a comunicação vai além da mera transmissão de uma mensagem codificada pelo emissor e decodificada pelo receptor, para tornar possível a apreensão do significado o emissor precisa “ostentar” sua intenção; o receptor, de sua parte, deve ser capaz de inferir a intenção, sendo que para isso levará em conta seu conhecimento de mundo e da situação em que a comunicação ocorre. Trata-se de uma teoria das

inferências, em que as expectativas em relação à relevância do enunciado e o elo cooperativo entre emissor e receptor são fatores essenciais para o sucesso da comunicação.

Segundo Sperber & Wilson (2003), para o modelo de código [clássico], o processo comunicativo é percebido como uma tarefa de codificação e decodificação realizada pelos interlocutores. Por outro lado, para o modelo inferencial, o comunicador fornece indícios de sua intenção de transmitir um determinado significado, o qual é inferido pelo interlocutor com base nos indícios a ele fornecidos pelo comunicador. Embora admitindo que a compreensão verbal envolve um elemento de decodificação, os autores destacam que o significado linguístico recuperado por tal processo é apenas um dos elementos que leva à interpretação do significado ou intenção comunicativa veiculada pelo comunicador.

A Teoria da Relevância postula que, tendo em vista a ambiguidade fundamental da linguagem humana, dentre os possíveis caminhos para a compreensão da mensagem sugeridos por um grande número de estímulos que competem entre si, aquilo que leva o receptor a escolher uma alternativa de sentido em detrimento de outra não é ela ser relevante, mas sim a mais relevante de todas e a que nele produz mais efeitos cognitivos. Segundo Vianna (2005a, p. 2), “Um efeito cognitivo é algo que modifica a representação de mundo do ouvinte, algo que é acrescentado ou retirado dessa representação de mundo”. Quanto mais relevante o estímulo for, menos esforço de processamento exigirá e vice-versa, sendo tal esforço de processamento entendido como esforço de percepção, memória e inferência.

O conhecimento de tais princípios é muito importante no ensino-aprendizagem, pois auxilia o futuro intérprete a melhor realizar sua tarefa: ele almejará passar os efeitos cognitivos do orador, da melhor maneira possível, sem onerar o esforço de processamento daqueles que o ouvem. Para tanto buscará “ostentar” do melhor modo as intenções que ele percebe na fala do texto de partida, tornando sua interpretação a mais relevante possível para seu público-alvo. Como sugere Vianna (2005a, p. 8), a Teoria da Relevância e os conceitos de efeito cognitivo e esforço de processamento “ajudam-nos a confiar um pouco mais em nossa intuição, a dar mais valor

ao contexto, a buscar o significado implícito”. Ainda segundo Vianna (2005b, p. 189), a interpretação simultânea é uma tarefa difícil e exigente, e os intérpretes precisam contar com toda a ajuda possível, e a teoria da relevância pode representar uma excelente forma de oferecer essa ajuda.

Vale enfatizar que as três teorias são compatíveis entre si, na medida em que ratificam o princípio de que o intérprete deve fixar-se na apreensão do sentido – ao qual se chega tendo em conta tanto os aspectos linguísticos quanto os complementos cognitivos que colaboram na construção da mensagem a ser interpretada – e na sua subsequente reformulação do modo mais espontâneo e adequado ao contexto de chegada. Além disso, as três teorias complementam-se por desvelar diferentes facetas do processo da interpretação que, como ressalta Lederer (1978), é um tipo de desempenho humano no qual a atividade cognitiva coloca-se na dianteira e em primeiro plano.

4.4 Competência em interpretação

Ao que já foi dito, devemos acrescentar que o conhecimento teórico é também fundamental por compor a competência em interpretação. E, neste ponto, devemos necessariamente nos reportar à contribuição do modelo holístico do PACTE⁸, um estudo empírico desenvolvido a partir de 1998, na Universidade Autônoma de Barcelona, com importante contribuição de pesquisadores de vários países. Em constante processo de revisão, essa investigação coloca, de maneira inequívoca, o conhecimento teórico como um conhecimento declarativo constituinte da *subcompetência conhecimento sobre tradução*, ligada aos princípios que regem o fazer tradutório.

Segundo esse modelo (PACTE, apud Hurtado Albir, 2005), a Competência em Tradução traz em seu bojo a *subcompetência bilíngue*, representada por conhecimentos operacionais ligados a aspectos sociolinguísticos, textuais e léxico-gramaticiais; a *subcompetência extralinguística*, que abrange conhecimentos declarativos concernentes ao mundo em geral, conhecimentos biculturais e enciclopédicos; a *subcompetência instrumental*, que engloba conhecimentos operacionais, tais

⁸ PACTE: Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação. Hurtado Albir, 2005, p.19.

como uso de fontes de documentação, tecnologias de informática e comunicação aplicadas à tradução; a *subcompetência conhecimentos sobre tradução*, associada a conhecimentos declarativos, sobre como a tradução funciona, incluindo os princípios que regem a tradução, unidades de tradução, tipos de problemas, métodos e procedimentos utilizados; a *subcompetência estratégica*, considerada a mais importante, uma vez que governa o uso adequado das anteriores; e também *componentes psicofisiológicos*, sejam eles cognitivos (memória, percepção, atenção e emoção); atitudinais (perseverança, curiosidade intelectual, rigor, espírito crítico, motivação, conhecimento de sua capacidade e limitações); e também habilidades (criatividade, raciocínio lógico, análise, síntese).

Tais princípios, com a devida adaptação, aplicam-se confortavelmente à tradução oral, ou seja, à interpretação. Os aportes teóricos, como sugerido mais acima, acomodam-se na *subcompetência conhecimentos sobre tradução*, no caso tradução oral ou interpretação, que abarca saberes predominantemente declarativos. Uma vez informado a esse respeito, o futuro profissional terá condições de perceber, mais uma vez, onde estão suas possíveis deficiências e, com a cooperação do professor, trabalhar para saná-las, objetivando tornar-se um profissional competente e capacitado.

5. Considerações finais

Diante de uma realidade multifacetada, mutável, de complexidade crescente, hoje, mais do que nunca, é fundamental conhecer, ser capaz de criticar, tomar posição, separar o joio do trigo, sob o risco de se ficar perdido em um oceano de informações muitas vezes dispersas e mal alinhadas.

Um conhecimento teórico sempre atualizado permitirá ao profissional da interpretação relacionar adequadamente questões de ordem prática com as percepções prevalentes de um dado tempo/espaço histórico no âmbito social, cultural e político. Conforme assevera Gile (1995), o estudo da teoria ajuda o aluno a compreender o fenômeno da tradução oral ou escrita e suas dificuldades, assim como as estratégias recomendadas pelo professor. Além disso, o progresso do aluno será mais rápido e mais

profundo. Provido de um quadro explanatório adequado, o futuro profissional saberá discriminar quais modelos e conceitos teóricos poderão auxiliá-lo na adoção de certas soluções, particularmente em situações novas; saberá evitar erros estratégicos; saberá fazer uso de ferramentas conceituais para análise de ações alternativas, levando em conta suas possíveis consequências; saberá manter uma postura firme em relação a determinadas estratégias e táticas, ao invés de ficar ao sabor da maré, sendo levado a adotar ações menos eficientes, sob a pressão exercida pelo cliente, pela necessidade financeira ou falta de entendimento a respeito de seu trabalho por parte de terceiros.

O conhecimento teórico, por outro lado, não é algo cristalizado, mas, sim, matéria em ebulição, e desse modo precisa ser alimentado continuamente. Há um fluxo constante de fatos e acontecimentos que afetam e modificam a percepção sobre no que consiste e a que se presta a interpretação, assim como o perfil e papel desempenhado pelo profissional da área. Em decorrência disso, o estudo teórico é fascinante por nos trazer tanto concepções por vezes inovadoras, quanto por nos fazer melhor perceber as intersecções entre concepções teóricas que, num processo de retroalimentação, possibilitam um conhecimento mais refinado do fenômeno da interpretação, particularmente os nós e emaranhados, discrepâncias e paradoxos, que afloram em certas circunstâncias. Isso permitirá ao profissional posicionar-se e até mesmo ganhar independência em relação a sua atuação. Consequentemente, o conhecimento teórico não é artigo de perfumaria, elemento acessório ou dispensável, porém fator essencial que dá uma justa medida da evolução da profissão e do papel do intérprete, além de uma visão sempre atualizada da percepção da sociedade e do próprio profissional em relação à sua atuação, prerrogativas e deveres.

Em suma, os aportes teóricos e seu estudo abrem a mente, descortinam horizontes, propiciam uma perspectiva mais clara e renovada sobre o fazer tradutório e seu escopo, sobre a especificidade e complexidade das diferentes modalidades de reformulação textual que compõem a competência em interpretação e os diferentes aspectos que devem ser levados em conta pelo profissional da área, incluindo a função

social do intérprete, como facilitador e mediador da comunicação entre línguas e culturas.

Referências

- GILE, Daniel. **Basic concepts and models for interpreter and translator training**. Revised Edition. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009.
- HURTADO ALBIR, Amparo. A Aquisição da Competência Tradutória – Aspectos Teóricos e Didáticos. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fabio (orgs.). **Competência em tradução – cognição e discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p.19-57.
- LEDERER, Marianne. **Translation – the interpretive model**. Translated by Nino Lerché. Manchester, UK & Northampton, MA: St Jerome Publishing, 2003.
- _____. The Role of Cognitive Complements in Interpreting. In: BOWEN, David; BOWEN, Margareta (orgs). **Interpreting – yesterday, today, and tomorrow**. ATA Monograph Series, vol. IV. USA: State University of New York at Binghamton, 1990, p. 53-60.
- _____. Simultaneous Interpretation: Units of Meaning and other Features. In: GERVER, David; SINAIKO, H. Wallace. **Language, interpretation and communication**. New York: Plenum Press, 1978, p. 323-332.
- MORRIS, Ruth. The Moral Dilemmas of Court Interpreting. **The Translator**. Vol.1 N°1, p. 26-46, 1995.
- MOUZOURAKIS, Panayotis. How do we interpret? Disponível em < <http://www.aiic.net/p/1739> >. Acesso em: 21 de novembro de 2017.
- PAGURA, Reynaldo. A Interpretação de Conferências: Interfaces com a Tradução Escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores. **D.E.L.T.A. Revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada**. Vol.19: Especial, p. 209-236, 2003.
- PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. London and New York: Routledge, 2004, p. 180.

SCHULTE, Rainer; BIGUENET, John. (orgs.) **Theories of translation – an anthology of essays from Dryden to Derrida**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

SELESKOVITCH, Danica; LEDERER, Marianne. **A systematic approach to teaching interpretation**. Paris: European Communities, 1989.

SELESKOVITCH, Danica. Language and Cognition. In: GERVER, David; SINAIKO, H. Wallace. **Language, interpretation and communication**. New York: Plenum Press, 1978, p. 333-341.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Relevance Theory. In: WARD, Gregory; HORN, Lawrence (orgs.). **Handbook of pragmatics**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 607-632.

VIANNA, Branca. (2005a). Teoria da Relevância e Interpretação Simultânea. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/173886079/Teoria-da-Relevancia-e-Interpretacao-Simultanea>>. Acesso em: 20 novembro de 2017.

_____ (2005b) Simultaneous interpreting: A relevance-theoretic approach. **Intercultural Pragmatics** 2 (2), p. 169-190, 2005.

Resumo

Por propiciar uma visão esclarecedora sobre a complexidade, exigências e especificidades das diferentes modalidades da interpretação, as reflexões teóricas, quando inseridas no processo formativo de modo seletivo, explícito, pontual e recorrente, direcionam o futuro profissional quanto a possíveis caminhos e estratégias que podem ser adotados, tornando-o mais seguro de suas decisões e intelectualmente independente. No âmbito do ensino-aprendizagem da interpretação, serão levantadas contribuições dos aportes teóricos, com ênfase especial na Teoria Interpretativa da Tradução (*Théorie du Sens*), na Teoria do Modelo dos Esforços e na Teoria da Relevância.

Palavras-chave: Formação de intérpretes; aportes teóricos; Teoria Interpretativa da Tradução; Teoria do Modelo dos Esforços; Teoria da Relevância.

Abstract

When introduced selectively, explicitly, purposefully and recurrently in interpreter training programs, theoretical considerations clarify and put into perspective the complexities, specificities and requirements of different interpretation modes, provide valuable indications as to possible problem-solving strategies, and help future professionals to become more self-confident and intellectually independent. Within the scope of interpretation teaching and learning, the contribution of theoretical inputs will be referred to and commented on, with an emphasis on the Interpretive Theory of Translation (*Théorie du Sens*), the Effort Models Theory and the Relevance Theory.

Keywords: Interpreter training; theoretical inputs; Interpretive Theory of Translation; Effort Models Theory; Relevance Theory.